

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES: AÇÕES REALIZADAS NA E.M.E.F. JERÔNIMO MACHADO – SÃO GABRIEL/RS

Eduardo Pastorio¹ – UFSM

Fundo de Incentivo à Extensão – FIEEX/UFSM

Eixo 4: Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político-pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal analisar intervenções pedagógicas realizadas com os educandos e educandas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jerônimo Machado, localizadas no meio rural de São Gabriel - RS, promovidas a partir de ações extensionistas de caráter interdisciplinar desenvolvidas pelos acadêmicos dos cursos de Geografia e Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria. Essa iniciativa é atividade integrante do projeto: “Curso de Formação Continuada para Educadores e Educadoras na E.M.E.F. Jerônimo Machado – São Gabriel/RS”, que objetiva promover ações de complementação na formação para os profissionais de ensino desta Escola do Campo. Foram desenvolvidas, 4 intervenções pedagógicas no decorrer do segundo semestre do ano de 2011, entre os meses de agosto a dezembro. Em sua organização foram consideradas os Temas Transversais definida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como pertinente para o desenvolvimento de atividades de cunho educacional, bem como as discussões sobre Educação do Campo e suas diretrizes de organização escolar. No término dos trabalhos, verificamos a relevância das atividades, em que conseguimos desenvolver 4 encontros com temáticas diferentes, valorizando o espaço local e os saberes tradicionais da comunidade escolar envolvida.

Palavras-chave: Intervenções Pedagógicas; Educação do Campo; Temas Transversais; Interdisciplinar.

1. Introdução

Perspectivas de avanço da Educação do Campo perpassam por significativas adaptações e ações nas estruturas escolares. Essas devem estar alinhadas a propostas concretas que facilite sua aplicação. Neste sentido, percebe-se a necessidade de unir o conhecimento acadêmico encontrado entre os sujeitos universitários, com aqueles problemas nas práticas pedagógicas realizadas nos meios educacionais, de modo a valorizar os profissionais em formação em prol de maior qualidade no “Fazer Educação” nas Escolas.

As Escolas do Campo, no contexto das evoluções educacionais, carece de iniciativas de cunho pedagógico com seus participantes. Nesta perspectiva, busca-se reunir vontade e ações na luta por uma educação que promovesse valorização da vida campesina, o respeito aos saberes da terra e resgatasse a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

¹ Acadêmico do Curso de Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (eduardopastorio@hotmail.com).
Orientadora: Professora Dra. Ane Carine Meurer – UFSM (acmeurer@terra.com.br).

Mesmo com toda diversidade que o campo apresenta é geral a necessidade de apontar novas possibilidades pedagógicas que contribua para a melhoria da qualidade de vida, para a auto-valorização do homem e da mulher do Campo, bem como, para o reconhecimento do Campo como espaço pedagógico de germinação da formação integral do ser humano e da sustentabilidade, desconsiderando o campo com desprestígio social e econômico.

Nesta discussão, este trabalho tem como objetivo principal analisar intervenções pedagógicas realizadas com os educandos e educandas da E.M.E.F. Jerônimo Machado, localizadas no meio rural de São Gabriel - RS, promovidas a partir de ações extensionistas de caráter interdisciplinar desenvolvidas pelos acadêmicos dos cursos de Geografia e Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria. De forma específica, a) garantir o acesso a atividades interdisciplinares de valorização do espaço local e; b) contribuir na formação cidadã e profissional dos envolvidos na ação, desde educadores(as) e educandos(as) da Instituição de Ensino, bem como os acadêmicos da UFSM.

Essas iniciativas são atividades integrantes do projeto: “Curso de Formação Continuada para Educadores e Educadoras na E.M.E.F. Jerônimo Machado – São Gabriel/RS”, que objetiva promover ações de complementação na formação para os profissionais de ensino desta instituição. Em contrapartida a realização deste projeto, simultaneamente foram realizadas as intervenções pedagógicas com seus educandos(as), baseado em diagnósticos e prognóstico da realidade da Escola. Esses encontros ocorreram em 4 oportunidades, no Segundo Semestre do ano de 2011, entre agosto e dezembro.

O processo de organização das atividades pedagógicas, desde escolha dos eixos norteadores das discussões, levantamento teórico sobre o assunto, até a realização das práticas (aplicação), foram conduzidas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET que, dentre outros aspectos, consideraram os Temas Transversais como ponto central nos exercícios extensionistas, definidos pelo Ministério da Educação em seu documento intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais”.

Nesta perspectiva, as 4 intervenções realizadas encontra-se precisamente descritas neste trabalho devido a relevância em sua organicidade em relação às atividades propostas, os temas escolhidos para as ações e sua relevância no contexto social. Seguindo critérios e temas, essas as atividades buscam uma interdisciplinaridade na sua aplicação, perpassando por diversas áreas do conhecimento e, devido esse conjunto de ciências na construção das atividades, justifica-se sua divulgação no cenário acadêmico.

Com o intuito de contribuir no ensino-aprendizagem dos educandos desta Escola, elaboramos esta proposta metodológica, de modo a fomentar em iniciativas de cunho

educacional em Escolas do Campo. Essa discussão promove espaços de socialização e resgate de saberes tradicionais, que encontra-se materializado na comunidade escolar na forma de memórias e fatos, e que necessita expandir sua história.

2. Caracterização e localização da Escola em estudo

De modo a garantir a realização deste estudo, buscamos encontrar uma Instituição de Ensino que garanta as características compatíveis com esta pesquisa. Nesta relação, selecionamos a E.M.E.F. Jerônimo Machado, localizada no Distrito de Tiarajú na zona rural do município de São Gabriel do Estado do Rio Grande do Sul, que se insere na Microrregião Campanha Central e na Messorregião Sudoeste Rio-Grandense, sendo considerado pertencente a região sudoeste gaúcho (Imagem 1). Essa escolha ocorreu após o levantamento das Escolas que manifestaram interesse sobre o desenvolvimento das atividades.

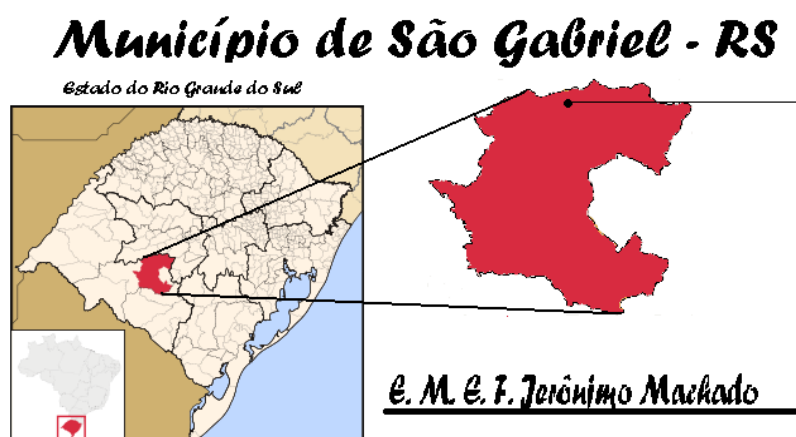


Imagem 1 – Mapa do Município de São Gabriel - RS

Fixada no interior do município, seu entorno é composto basicamente por campos e com poucas residências, exemplos típicos da Campanha Gaúcha. Do uso das áreas próximas, pode-se perceber a utilização atual para a Silvicultura e para a atividade Pecuária. Além disso, a existência de pomares nas propriedades rurais deste distrito e raras hortas de hortifrutigranjeiros também podem ser visualizadas. Incomum para a região, essa localidade possui ainda cultivo de trigo e soja, em pequena escala.

Essa escola possui na sua totalidade 8 salas, sendo que 5 dessas são utilizadas a realização de atividades pedagógicas, 1 sala para parte diretiva (compreendendo a dos professores e a de reuniões), 1 sala de guarda volumes, em que os materiais esportivos e didáticos são recolhidos e, 2 para a preparação do alimentos e consumo pelos educandos(as).

Possui ainda a parte externa, que compreende um amplo espaço para práticas de atividades esportivas e didáticas.

Suas dependências físicas são utilizadas por cerca de 160 alunos, que advém de 4 localidades em seu entorno. Deste, 79 alunos estão matriculados nos anos iniciais (currículo) e 81 nos anos finais do Ensino Fundamental (área). Para o desenvolvimento de suas atividades, a Escola conta com 12 profissionais da educação para a realização das práticas pedagógicas em sala de aula (apenas 2 residem no campo), 4 pessoas responsáveis pela diretiva e 2 funcionários para a preparação dos alimentos e manutenção dos espaços organizados e limpos.

A Escola mantém suas atividades em turno integral/alternado separados em área e currículo. Nas segundas, quartas e sextas-feiras, os alunos de 5ª a 8ª séries frequentam as aulas (área); terças, quintas e sábado corresponde aos alunos de 1ª a 4ª séries (currículo). O período na Escola inicia-se às 8 horas e 30 minutos e encerram-se às 16 horas. Aos sábados, as atividades são realizadas apenas até às 15 horas.

3. Metodologia

Para a realização das atividades propostas, foram necessários a adequação de sua organização a partir de procedimentos metodológicos. Este processo garante a efetivação do ideal deste projeto, desde sua construção, perpassando entre os interesses dos sujeitos envolvidos, até sua aplicação na área determina.

Em primeiro momento, para realização do Primeiro Curso de Formação Continuada para Educadores e Educadoras, que objetivava atender Escolas do Campo do município de São Gabriel – RS selecionamos Instituições de Ensino que possuíam características compatíveis com o projeto. Nesta seleção, direcionamos nossos trabalhos para E.M.E.F. Jerônimo Machado, que dentro diversos aspectos encontrava-se na construção de seu Projeto Político-Pedagógico; sua parte diretiva estava iniciando seus trabalhos nesta Escola do Campo e buscava contribuições pedagógicas para atender essa demanda; e cerca de 85% de seus profissionais de ensino, residiam no meio urbano, distante das realidades de seus educandos e procuravam expandir suas metodologias educacionais, diante desses novos sujeitos.

Após selecionar a Escola, organizamos os encontros de Formação Continuada, que ocorreriam em dias letivos, no período normal das aulas. Nesta perspectiva, de forma a não prejudicar a ano escolar, decidimos em realizar intervenções pedagógicas com os educandos, paralelo as Formações com os Educadores, de modo a contribuir no andamento das atividades.

Para efetivação das intervenções, reunimos o GPET, em conjunto com os profissionais de ensino e a equipe diretiva da Escola, para definir os temas a serem trabalhados nos encontros, aproximando as realidades dos participantes e aproveitando de seus conhecimentos. Em continuidade, elaboramos o plano de atividades a serem desenvolvidos nas intervenções, divididas em 4 encontros pré-estabelecidos, oportunizando aos pesquisadores e acadêmicos da UFSM, o desenvolvimento de atividades pedagógicas em Escola do Campo, contribuindo para a troca de saberes e experiências. Ficaram definidas que os momentos pedagógicos pelos acadêmicos ocorreriam com as turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Sendo assim, definimos a alfabetização geográfica como tema central dos trabalhos, com o objetivo de oferecer aos educandos a possibilidade de trabalhar questões conceituais de diferentes ciências, com ênfase a Geografia e Pedagogia, relacionando-as com o seu cotidiano, referentes a seus hábitos e costumes. Dentre estes conceitos, podemos delimitar o espaço, lugar, território, área, proporcionando maior compreensão do seu local de vivência, instigando uma reflexão do modo como ocorrem às transformações do espaço através das ações humanas.

Baseado em uma concepção pedagógica, fez necessário trabalhar com os educandos e educandas, questões referentes aos temas transversais, em forma lúdica, para possibilitá-los uma abordagem crítica sobre temas relacionados às práticas sociais. Neste contexto, as 4 intervenções pedagógicas estabeleceram os seguintes temas geradores a serem trabalhados:

1º Momento: valorização do espaço local, resgatando as singularidades e saberes da comunidade escolar envolvida. Trabalhando com as habilidades dos educandos, na confecção de textos, teatros, cartazes e maquetes, com posterior divulgação ao grande grupo.

2º Momento: explanação da produção cinematográfica “Os sem florestas”, como forma de introdução as questões ambientais. A Educação Ambiental como Modalidade de Ensino e reflexão das ações antrópicas no meio natural.

3º Momento: discussão sobre as diferenças sociais, desde formação étnica-cultural, até a política-social. O “Bulling” como consequência de uma Escola diversificada, capaz de unir sujeitos de características e ideologias diversas.

4º Momento: compreensão da relevância da Escola, como agente formador de sujeitos sociais e desenvolvedor de conhecimentos. Neste momento, aproveitamos o espaço para socializar com os educandos e avaliar as atividades realizadas, de modo a contribuir para futuras experiências.

Após definidas os conteúdos e dinâmicas a serem desenvolvidas, aplicamos os planos de atividades nas turmas estabelecidas nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro. Os encontros estavam estruturados em momentos pedagógicos, que correspondiam à introdução ao tema determinado, parte teórica sobre o assunto, material didático de auxílio, prática educacional com atividades e dinâmicas, e fechamento com conclusão dos educandos a partir de seus entendimentos e dos organizadores dos trabalhos. Em contrapartida, conseguimos aprender uma carga de conhecimento da comunidade local, baseado nas interlocuções com os sujeitos envolvidos neste espaço.

4. Referencial Teórico

4.1 Intervenções Pedagógicas

A formulação de iniciativas de cunho pedagógica torna-se complexo em relação às dinâmicas que a sociedade impõe sobre seus membros. Nesta perspectiva, a Escola como agente social e responsável pela formação de parcela significativa da população, estabelece caminhos de transformação cidadã e promove a valorização dos indivíduos como parte inicial de desenvolvimento político-social.

Além da Escola Tradicional, conhecida como transmissora de conhecimento, em que os educandos estabelecem uma relação de desconfiança com os educadores, inicia-se uma discussão de Escola transformadora, de valorização do espaço dos seus membros, agregando os saberes de seus participantes, para desenvolver ensino-aprendizagem dos conteúdos necessários.

Este modelo de Instituição, estabelece relação direta com seus membros e garante a sua função social. É neste contexto, que insere-se a discussão de Educação do Campo, como possibilidade de valorização e produção do conhecimento, baseado no aproveitamento dos saberes acumulados historicamente da sociedade camponesa em suas comunidades diversas.

De acordo com Caldart (2000), parte do princípio que este projeto de educação estabelece que o campo antes de ser espaço de produção é espaço de vida, sendo a Educação a responsável pela manutenção deste espaço, pois uma vez que recria o campo ao valorizar os saberes da terra e estimula a consciência dos sujeitos em sua formação crítica. Nesta relação, a Educação torna-se direito de todos pertencentes a sociedade, provedora da cidadania e contribui na emancipação dos sujeitos do campo, desenvolvendo uma Educação igualitária.

Dentro das dinâmicas sociais, percebe-se que os indivíduos se transformam, alterando as características das populações envolvidas. Essa dinâmica ocorre no conjunto do caráter histórico dos diversos valores e comportamentos sociais existentes. No decorrer de todo o

processo histórico das civilizações, as sociedades construíram e modificaram seus sistemas de valores, definindo a cada momento diferentes questões e interpretando os princípios de maneira, às vezes, surpreendente e paradoxal para os sistemas contemporâneos. (BRASIL, 1998)

Nesta relação, encontramos o Ensino Superior como agente modificador e formador da sociedade. Nos lugares em que se insere, possui capacidade de alterar as dinâmicas estabelecidas, devido a seu poder de promover conhecimento, construir sujeitos reflexivos e praticar atividades inovadoras, do ponto de vista pedagógico. Essa discussão conduz a mencionar a importância da valorização do fazer “extensão”, como forma de contribuir para a sociedade, toda aquela dedicação e construção de conhecimento dentro das universidades.

Esta ligação entre universidade x sociedade, relação constante em termos legais, garante em linhas gerais, os objetivos das Instituições Superiores Públicas Brasileiras. De forma específica, a Universidade Federal de Santa Maria, estabelece em seu Estatuto referente a “extensão”, no Capítulo 1 – das finalidades e objetivos: “aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na Instituição; e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação”.

Desta forma, percebe-se relevância que as Universidades Públicas possuem na realização de atividades de extensão, de maneira a divulgar e expandir o conhecimento produzido neste meio, na busca de favorecer a sociedade em sua totalidade. Porém, possui demandas sociais que merecem destaques e devem ser considerados de maior relevância na realização de ações de extensão. Neste sentido, a Escola do Campo emerge como ponto central nesta questão e principal interessado quando discutidos sobre mudanças.

No ano de 1999, o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Fundamental e do Ensino Médio lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que objetiva “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”, ou seja, contribuir na formação cidadã dos educandos(as) e promovendo sua inserção como sujeitos sociais.

Para sua efetivação, foram criadas algumas sugestões e métodos de atividades que agregam diversas ciências e auxiliem na qualidade do ensino-aprendizagem das Escolas Brasileiras. Neste sentido, elaborou-se os Temas Transversais que correspondem a questões relevantes no contexto social, que deve ser incorporados nas áreas do conhecimento existente

e no trabalho educativo da Escola. Esses “Temas” são caracterizados como “a relação de transversalidade entre os temas e as áreas curriculares, assim como sua presença em todo o convívio escolar”. (BRASIL, 1998)

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu Título II dos Princípios e Fins da Educação Nacional, no Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepção pedagógica. No Capítulo II, da Educação Básica, em seu Art. 28º na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Esses temas, definidos como transversais, bem como a LDB serviram de base pedagogia para a construção do plano de atividades em cada um dos momentos das 4 intervenções, ou seja, definimos assuntos a serem desenvolvidos, partindo do princípio que integrem diversas áreas do conhecimento, conduzindo para o desenvolvimento de atividades multidisciplinares. Nesta relação, os encontros realizados partiram de temas que aderem as diversas ciências existentes, mas, principalmente, que façam parte da realidade dos educandos e das problemáticas levanta pela Escola.

4.2 Educação do Campo

A educação encontra-se em momento de transformação e readaptação as novas dinâmicas da sociedade. Em relação a Educação do Campo, que ainda possui traços iniciais de organização de suas diretrizes operacionais, percebe-se que muitos foram os sujeitos que marcaram essa iniciativa. Além disso, no seu processo de evolução, percebe-se diversos esforços tanto em níveis sociais quanto políticos, que contribuíram na fixação deste ideal, de construir uma Educação voltados aos sujeitos pertencentes ao campo, valorizando seu espaço e seus conhecimentos.

4.2.1 Movimentos sociais e educação

Na história do processo educacional brasileiro, os movimentos sociais possuem um papel relevante na construção de uma educação de qualidade. Preocupados na continuação de suas ideologias, os movimentos buscaram construir um sistema de educacional que fossem

construídos a partir de seus sujeitos, preocupados em atender as suas necessidades, na perspectiva de manutenção e continuidade de suas organizações.

Segundo FERNANDES(2005)

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi à articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar. (FERNANDES, 2012).

Neste sentido, percebe-se que as CEBs constituem organizações populares, de caráter social, em que possibilitava aos trabalhadores, espaço de luta por melhores condições de trabalhos. Posteriormente, dando continuidade a este passado de lutas vai se estruturando em 1979 a 1985, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Baseado nas suas preocupações imediatas e com o futuro de seu movimento buscou a criação de um sistema educacional que se privilegia seus participantes. Assim, criam-se as “Escolas Itinerantes”, legalmente aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1996.

Essa Escola possuía como finalidade, garantir o acesso de seus militantes e integrantes a Educação, principalmente as crianças e adolescentes em idade escolar. Este modelo educacional serviu de bases iniciais para as discussões sobre Educação do Campo, pois se preocupava na construção de uma Escola para seus sujeitos, resgatando os saberes locais e preparando-os para o convívio social.

Segundo BABNINK E CAMINI,

As Escolas Itinerantes vêm responder à necessidade concreta de assegurar à escolarização das pessoas que vivem em acampamentos, inicialmente as crianças. Era comum que elas perdessem o ano letivo devido às mudanças constantes, à falta de vagas nas escolas próximas dos acampamentos, e à discriminação sofrida pelo fato de serem sem-terra. (BABNIK e CAMINI, p. 331, 2012)

Nesta Escola, os conteúdos são construídos no decorrer do processo pedagógico, considerando e respeitando os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Além disso, busca-se contextualizá-los, com prioridade aqueles considerados socialmente úteis e com sentido concreto para os educandos. Esta flexibilização no processo de organização curricular não possibilita manter as determinações previsto na LDB, que objetiva 200 dias letivos. No entanto, como afirma MST (2001), essa Escola respeita o tempo de cada

aluno na construção do seu conhecimento. Além disso, em relação ao currículo, o MST (2001) diz que:

Organização curricular prevista a cada etapa possibilita a apreensão e a sistematização de conhecimentos conforme o processo de cada aluno. No momento em que a criança construir as referências correspondentes a cada etapa, ela passará para a seguinte (...). (MST, 2001).

Obviamente que a Educação do Campo não foi criada para garantir as ideologias dos movimentos sociais, apenas dando continuidade as suas práticas pedagógicas, porém foram estes movimentos que questionaram e revogaram o modelo educacional instaurado no meio rural, que seguiam diretrizes e privilegiavam os modelos urbanos desenvolvidos e industrializados, relegando ao campo como algo atrasado.

Neste sentido, Nascimento (2009) afirma que dentro deste processo da luta e permanência na terra:

Os trabalhadores rurais compreenderam que somente a luta pela terra, pela reforma agrária, pelo debate político acerca da questão agrária e da luta do latifúndio não estavam separados da educação. Lutar pela educação significava este algo novo que faltava na tonalidade reivindicatória dos movimentos sociais (NASCIMENTO, 2009).

Os movimentos sociais produziram organizações educacionais que contribuíram para as discussões sobre esta nova Educação que se preocupava em formular diretrizes para atender os povos do campo, ou seja, estas organizações sociais alteraram o sistema educacional rural e construíram, conjuntamente com os sujeitos que habitam no meio rural, uma educação preocupada com suas realidades. Assim, afirma CALDART,

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de Educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2008, p. 71).

Desta forma, as questões discutidas na primeira década do século XXI, retratam um modelo educacional que visa construir Escolas inseridas no meio rural, preconizando uma Educação do e no Campo, que atendam todas as demandas dos sujeitos pertencentes a este segmento social, inclusive os movimentos sociais rurais.

Apesar da Educação do Campo não atender exclusivamente os movimentos sociais em suas estruturas educacionais, e sim, todos os integrantes do campo brasileiro, estas organizações utilizam-se de suas diretrizes normatizadas na LDB para continuar na luta de seu povo, principalmente os que ainda são parte integrante de acampamentos e assentamentos do MST, por exemplo.

4.2.2 Educação do Campo e Políticas Públicas

A educação do Campo, como mencionado anteriormente, expressa um posicionamento político e ideológico da classe trabalhadora do campo, contrariando o modelo denotado para o campo proveniente do agronegócio e da exploração dos trabalhadores. Desta forma, pode-se considerar esta Educação como dialógica, crítica e emancipadora, marcada pela prática social em que os sujeitos centrais são coletivos.

Nesta relação, percebe-se que o seu início foi marcado por lutas diante de um sistema econômico vigente, que priorizava a acumulação do capital em deterioração do social. Os Movimentos Sociais, por outro lado, defende que o campo perpassa o significado de concentração espacial geográfica, correspondendo a um cenário de uma série de lutas e embates políticos, sendo um espaço culturalmente construído, detentor de tradições, místicas e costumes singulares.

Arroyo e Fernandes (1999), na Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais.

Fernandes (2006) explicita a origem desse conceito, afirmando que:

A Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos sociais camponeses na construção e uma política educacional para os assentamentos de reforma. [...]. A Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. (FERNANDES, 2006)

A superação dessa Educação Rural foi constituída por uma série de embates e discussões nos próprios movimentos sociais, entidades, representações civis, sociais e dos sujeitos do campo. Essas ações buscam pressionar os líderes políticos na criação e organização de políticas públicas que atendam a demanda popular do campo. Porém, apesar de diversas iniciativas surgirem nestas últimas duas décadas, a Educação do Campo é historicamente considerada como política compensatória.

Apesar dos esforços em construir uma Educação do Campo a partir da organização dos Movimentos Sociais, figurado pelo MST, diversas as dificuldades em confrontar com políticas concretas efetivadas valorizavam o urbano em decadência do rural. Porém, no ano de 1984, realiza-se o 1º Encontro sobre Educação do Campo em Cascavel no Paraná e, em 1985

o MST promove o 1º Congresso Nacional sobre Educação do Campo, no município de Curitiba, também no Paraná.

Percebe-se que as iniciativas, em ordem social, promoveram discussões relevantes na construção de uma sociedade preocupada com suas necessidades. Essas reflexões, sempre ligadas à imagem de movimentos sociais, modificaram a estrutura da Educação Brasileira, construindo e expandindo o espaço da Educação do Campo. Entre as políticas públicas que surgiram para fortalecer as discussões que estavam se realizando entre os movimentos sociais, iniciamos com a aprovação da Constituição de 1988 e o processo de redemocratização do país, em que surge um grande debate em torno dos direitos sociais da população do campo.

A partir dessa mobilização social, essa Constituição consolida o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover uma educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação das singularidades culturais e regionais, possibilitando a construção de uma educação voltada para os povos do campo. Em consequência dessas concepções são elaboradas e implantadas reformas educacionais que refletiu na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei nº 9394/96), que determina no Artigo 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

A LDB 9394/96, no Artigo 28, estabelece as seguintes normas:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; I- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; I- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Nesta acepção, entende-se que esta nova Lei reconhece a diversidade encontrada entre os povos do campo, a partir da construção de instrumentos legais que orientam as iniciativas que atendam a realidade que emerge e vão adequar às singularidades dos espaços. No ano de 1998, institui-se o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), junto ao antigo Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), atualmente Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), na qual representa uma política fundamental para continuidade e desenvolvimento de uma Educação de qualidade. Representada por uma parceria estratégica entre o Governo Federal, Instituições de Ensino Superior e Movimentos Sociais do Campo, objetiva, a partir da abertura de créditos, a realização de programas que atendam a elevação da escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma Agrária e para a

Formação Inicial e Continuada de Educadores e Educadoras para Escolas localizadas em assentamentos.

Também no ano de 1998, cria-se a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade supra-organizacional que possuía como finalidade a promoção e gestão das ações conjuntas que atendessem a escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre outras conquistas, conseguiu instituir através do Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) e a organização do Grupo Permanente de Trabalho no SECAD (2004).

As Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) constituiu como grande marco na história da Educação Brasileira, na criação de ferramentas de organização governamental, que possibilita orientar as práticas pedagógicas das Escolas do Campo, e a considera como:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiro, caíçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (BRASIL, 2002)

Em 2004, como principal iniciativa em ordem federal, foi criado no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual dentro dos temas diversificados que integram esta secretaria, existe uma coordenação de Educação do Campo, que possibilitou a criação de um Grupo Permanente de Trabalho – GPT (responsável pelas demandas dos povos do campo) que envolve discussões sobre essa educação e o surgimento do documento intitulado “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”.

Dentro deste contexto, em torno de duas décadas de discussão e de criação de Políticas Públicas voltadas para a Educação do Campo, percebe-se um avanço crescente nas iniciativas de cunho governamental, que atendem as demandas dos povos do campo e respeite suas singularidades. Essas conquistas são reflexos de movimentos sociais rurais, que a partir de suas ideologias, questionaram a Educação desenvolvida no meio rural e promoveram transformações no fazer educação, construindo o Campo como espaço de diálogo, de valorização do ser humano e resgate dos saberes locais.

5. Considerações Finais

A Educação do Campo encontra-se em momentos de estruturação didático-pedagógica, delineando suas matrizes teóricas e definindo suas Diretrizes Básicas. Este processo ocorre mediante aos esforços de segmentos sociais, que a partir de suas construções individuais e coletivas, desenvolve metodologias de trabalhos e estruturam os caminhos desta nova Educação.

Dentre estes agentes, encontramos os movimentos sociais e as organizações governamentais, que exercem as principais responsabilidades nesta construção. As lutas e reivindicações por melhores estruturas e qualidade de ensino, ligada a pressões de desenvolvimento de uma Educação para os sujeitos envolvidos neste processo, são marcas dos movimentos sociais, na figura do MST. A respeito dos representantes políticos, obtemos a legalidade das ações e iniciativas, quando da aprovação de textos que regularizam as diretrizes dos trabalhos sobre Educação do Campo.

Em segundo plano, encontramos iniciativas de cunho pedagógico, representados por membros da sociedade em geral, que desenvolve trabalhos de grande destaque em níveis locais, que contribui também nesta construção. Dentro deste segmento, inserimos este trabalho, que apesar de sua restrição quanto ao público envolvido, promove discussões de caráter educacional que colabora com os esforços de desenvolvimento desta Educação voltados aos sujeitos do campo.

Em consideração ao planejamento das atividades que foram desenvolvidas com os educandos desta instituição, utilizou-se como base teórica para fundamentar as práticas em sala de aula Freire (1994), que enfatiza a importância de valorizar o contexto de mundo da criança ou adolescente, suas vivências, mas para isso o educador deve conhecer a realidade social, no qual seus alunos estão inseridos.

A partir desta perspectiva de ensino, visou-se contemplar aos alunos questões referente à valorização da comunidade local, assim oportunizou um levantamento das características da região, entendeu as transformações existentes na paisagem local, bem como refletiu sobre suas realidades. Na prática, realizamos atividades de diferentes dinâmicas, explorando a criatividade dos participantes e aproveitando das áreas próximas da Instituição, na qual desenvolvemos trabalhos de campo.

Como resultados dos trabalhos desenvolvidos, relatamos que as intervenções realizaram-se mediante ao acompanhamento de membros do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, que conduziram as atividades utilizando de diversos métodos pedagógicos e de seus conhecimentos. Este processo contribuiu na formação inicial dos acadêmicos de

Geografia e Pedagogia envolvidos nesta ação, que a partir das práticas realizadas, adquiriram experiências na construção e desenvolvimento de trabalhos educacionais.

Apenas como considerações, vale salientar que as iniciativas descritas neste trabalho vêm sendo relatadas em diversos eventos em nível local e nacional. Dentre destes podemos considerar: XV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão (UNIFRA - 2011) com os trabalhos Reflexão Pedagógica sobre a inserção das crianças do MST na Rede Pública de Ensino a partir de uma proposta de Formação Continuada para seus Educadores; e Formação Continuada: um processo de torças de saberes com os educadores e educadoras das Escolas do Campo de São Gabriel – RS. Na XXVII Jornada Acadêmica Integrada (UFSM 2011) com os textos Uma proposta de Formação Continuada para as Escolas do Campo do município de São Gabriel – RS; e As dificuldades no processo de inclusão dos alunos das Escolas Itinerantes e dos Assentamentos do MST na Rede Pública de Ensino de São Gabriel – RS.

Por fim, participamos do XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG 2012) com os artigos Uma parceria com a E.M.E.F. Jerônimo Machado para consolidar uma educação “no” e “do” campo; e Educação do Campo: reflexões e perspectivas a partir de uma análise da E.M.E.F. Jerônimo Machado – São Gabriel/RS. Desta forma, valida-se as ações deste trabalho, como uma iniciativa consolidada em escala local e que desenvolve um espaço de discussão sobre Educação do Campo.

6. Referências Bibliográficas

ARROYO, M. & FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo** –. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BABNINK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In. CALDART, Roseli Salete (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos; apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – **PRONERA**.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)**, Lei nº 9.394/96. MEC, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília, 2ª ed. 2005.

CALDART, R. S. **Sobre a Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. (Org.). Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Biblioteca - **Textos Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/indice.html>>. Acesso em 20 maio 2012.

_____. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo, Peiropólis, 2005. MST. **Escola Itinerante em acampamentos do MST**. Estudos Avançados, São Paulo, SP, v.15, n.42, maio/dez. 2001.

NASCIMENTO, Raquel A. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. Bahia: UEB, 2004.